



**AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME**

CNPJ. 07.444.187/0001-61

# ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Prestação de Serviços

**AJS Prestação de Serviços Eireli - Me.**

**Rua Jorge Lima, 06 Sala 104 - Parte I - Centro - Mesquita  
Rio de Janeiro - CEP: 26.551-230**

**TELEFAX: (21) 3589-3423  
contato.ajsservicos@gmail.com**

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME, com sede na Rua Jorge Lima, nº 6 – Sala 104 – Parte I – Centro - Mesquita - RJ, inscrita no CNPJ nº 07.444.187/0001-61, a qual presta de modo satisfatório os serviços continuado de mão de obra de RECEPÇÃO, CONTINUO E COPEIRAGEM para exercício da função, utilizando funcionários devidamente treinados para desempenharem suas funções; Outrossim, nada consta em nossos arquivos que desabone a capacidade técnica e operacional na prestação dos serviços contratados.

### 1. DADOS DO CONTRATO IPLANRIO Nº 003/2015:

Contratante: Empresa Municipal de Informática S/A – IPLANRIO

CNPJ: 73.214.439/0001-90

Endereço: Av. Presidente Vargas, nº 3131 – Salas 1301/1302/1304/1305/1306.

Vigência Inicial: 09/02/2015 a 08/02/2016

1º Termo Aditivo: 09/02/16 a 08/02/2017

Valor mensal do Contrato: R\$ 14.975,22 (Quatorze Mil, Novecentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

### 2. EFETIVO:

03 (Três) Postos de Serviços continuados de mão de obra de RECEPCIONISTAS, realizado de segunda à sexta feira, com uma hora de almoço, totalizando uma carga horária semanal de 44 horas semanais.

02 (Dois) Postos de Serviços continuados de mão de obra de CONTINUOS, realizado de segunda à sexta feira, com uma hora de almoço, totalizando uma carga horária semanal de 44 horas semanais.

01 (Um) Posto de Serviço continuado de mão de obra de COPEIRA, realizado de segunda à sexta feira, com uma hora de almoço, totalizando uma carga horária semanal de 44 horas semanais.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016

Atenciosamente,



**Diogo Cardoso Campos**

**69/622.957-8**

IPLANRIO/ DAF/GIL



Termo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO, como Contratante, e a empresa AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA -ME, como Contratada, para prestação de serviços na forma abaixo.

Aos dias 09 do mês de fevereiro do ano de 2015, na Av. Presidente Vargas nº 3131, 13º andar, salas 1301 a 1306, a **EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A - IPLANRIO**, a seguir **CONTRATANTE**, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 73.214.439/0001-90, representada por sua Diretora de Administração e Finanças, Sra. Vânia Pereira Pintos, brasileira, casada, analista de sistemas, portadora da identidade nº 89-1-05182-2, expedida pelo CREA-RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 754.720.747-20, conforme Portaria de Delegação IplanRio “P” Nº 175, de 23 de outubro de 2012, e a empresa **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME**, com sede na Rua Jorge Lima, n.º 6, Sala 104, Parte, Centro, Mesquita, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 26.551-230, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 07.444.187/0001-61, a seguir **CONTRATADA**, neste ato representada por Sérgio Luiz dos Santos Martins, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CNH n.º 04396687453, Detran/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.307.527-06, tem justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 0002/2015, realizada através do processo administrativo nº 01/300.402/2014, homologada por despacho da Ilmª Diretora de Administração e Finanças, datado de 02/02/2015. (fls. 399 do processo) e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. -RIO nº 215 de 02/02/2015, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** - Este Contrato se rege por toda legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, pelas normas especiais do Decreto Municipal nº 30.538, de 17.03.2009, e, no que couber, pelas normas da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de



19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 01, de 13.09.90, e pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.81, e suas alterações, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078/90, e suas alterações, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, pelo Decreto Municipal 31.349/2009, no que couber, pelo Decreto pela Lei nº 2.816, de 17.06.99 e pelo Decreto nº 17.907, de 20.09.99, alterado pelo Decreto nº 22.136, de 16/10/2002 (quando a participação de deficientes for compatível com o exercício das funções descritas no objeto do contrato, na exata hipótese prevista na Lei e no Decreto), pelo Decreto nº 21.083, de 20.02.02, alterado pelo Decreto nº 21.253, de 05/04/2002, pelos Decretos Municipais 19.810/2001 e suas alterações e 25.177/2005, bem como pelos preceitos de direito público e pelas regras constantes do Edital de Pregão, das especificações do Serviço, pela Proposta da Contratada e pelas disposições deste Contrato. A Contratada declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de Apoio Operacional às Atividades da Empresa Municipal de Informática S/A- IplanRio, consoante Termo de Referência (Anexo II), nas seguintes quantidades e valores:

Item	Código	Nome Padronizado	Descrição Detalhada	Qtd	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR MENSAL TOTAL (valor unitário x qtd) (R\$)	VALOR TOTAL 12 (DOZE) MESES (R\$)
1	2581720001-60	RECEPCIONISTA	CONFORME TR	4	2.305,75	9.223,00	110.676,00
2		COPEIRA	CONFORME TR	1	2.201,78	2.201,78	26.421,36
3		MENSAGEIRO	CONFORME TR	2	2.203,75	4.407,50	52.890,00



**VALOR GLOBAL: 189.897,36 (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).**

**Parágrafo Primeiro** – Para o posto de serviço indicado no item 1 acima, serão contratadas 03 (três) recepcionistas inicialmente.

**Parágrafo Segundo** – Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo nº 01/300.402/2014, na requisição de serviço e no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo Contratante.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR** – O valor total do presente Contrato é de R\$ 189.987,36 (cento e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos), conforme especificado na Cláusula Segunda deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado mensalmente, sendo que o 1.º (primeiro) faturamento deverá ocorrer após 30 (trinta) dias contados do início da prestação dos serviços, mediante apresentação de Requerimento, Nota Fiscal, Fatura ou Duplicata, devidamente atestados pelo setor competente.

**Parágrafo Primeiro** - O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação de um dos documentos acima citados, através de crédito em conta bancária do fornecedor cadastrado junto à Coordenação do Tesouro Municipal, conforme o disposto na Resolução SMF n.º 2.754, de 17.01.2013, efetuados em c/c aberta no Banco SANTANDER (Brasil) S.A, conforme Contrato n.º 103/2011, publicado no D.O Rio n.º 195, de 26/12/2011, decorrente da licitação CEL/SMF – PP 01/11, ou em outro Banco que venha a substituí-lo, nos conformes legais.

**Parágrafo Segundo** – Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64, obedecido ao disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro** - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês,



calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Tesouraria da **CONTRATANTE** e a data do efetivo pagamento.

**Parágrafo Quarto** - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Tesouraria da **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quinto** – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à **CONTRATADA** para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Sexto** – O pagamento somente se efetivará após comprovação de recolhimento dos encargos previdenciários e FGTS devidos pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA** - A **CONTRATADA** prestou garantia na modalidade de seguro-garantia, no valor de R\$ 3.799,75 (três mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta e cinco centavos) equivalente a 2% (dois por cento) do valor do Contrato, conforme o artigo 445 do RGCAF.

**Parágrafo Único** - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, incluindo o prazo de garantia técnica, mediante ato liberatório da autoridade **CONTRATANTE** de acordo com o artigo 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS** - O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser acrescido e prorrogado por igual período, na forma dos artigos 57, inciso II, e 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO** – A prestação dos serviços, objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência de fls. 125/130 do processo nº 01/300.402/2014.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO** - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à Comissão de Fiscalização da **CONTRATANTE**, ou a



quem dele preposto seja, a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente, em especial no RGCAF e nas especificações dos serviços a serem executados, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor.

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **CONTRATANTE**, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Segundo** - Compete à **CONTRATADA** fazer minucioso exame das especificações dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Terceiro** - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a **CONTRATANTE**, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na finalização dos mesmos não implicará em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** - São obrigações da **CONTRATADA**:

I – realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas na requisição de serviços e no Termo de Referência;

II – tomar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, inclusive as que possam afetar os serviços a carga de eventuais concessionários. Será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas acaso adotadas.



III – se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

IV - atender às determinações e exigências formuladas pela **CONTRATANTE**;

V – se responsabilizar, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até seu término:

- i) A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.
- ii) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da **CONTRATADA** ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela **CONTRATADA**, com a inclusão da Empresa Municipal de Informática S/A – IPLANRIO e/ou do Município do Rio de Janeiro no pólo passivo como responsáveis subsidiários, a **CONTRATANTE** poderá reter o correspondente a três vezes o montante do valor em cobrança.
- iii) A retenção prevista na alínea ii será realizada na data do conhecimento pela Empresa Municipal de Informática S/A – IPLANRIO e/ou Município do Rio de Janeiro da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.
- iv) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.



- v) Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na alínea iv, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**.
- vi) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

VI - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no Termo de Referência;

VII - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão durante todo prazo de execução contratual;

VIII - cumprir as exigências previstas na Lei nº 2.816, de 17.06.99 e pelo Decreto nº 17.907, de 20.09.99, alterado pelo Decreto nº 22.136, de 16/10/2002, quando a participação de deficientes for compatível com o exercício das funções descritas no objeto do contrato, na exata hipótese prevista na Lei e no Decreto.

IX - apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n.º 12.440/11, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, conforme art. 55, XIII e 58, III da Lei 8.666/93.

X - cumprir todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência (Anexo II do Edital), notadamente aquelas constantes de seu item 4.1.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - São obrigações da CONTRATANTE:**

- I - Realizar o pagamento na forma e condições previstas;  
II - Realizar a fiscalização dos serviços contratados;



III - cumprir todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência (Anexo II do Edital), notadamente aquelas constantes de seu item 4.2.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO** - A aceitação dos serviços previstos na **CLÁUSULA SEGUNDA** se dará mediante a avaliação da Comissão de Aceitação composta por servidores da **CONTRATANTE** que constatarão se o projeto atende as especificações contidas no PREGÃO ELETRÔNICO n.º 0002/2015 e no Termo de Referência.

**Parágrafo Único** - Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá reexecutar os serviços, passando a contar o prazo para pagamento e demais compromissos da **CONTRATANTE** a partir da data da efetiva aceitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORÇA MAIOR** - Os motivos de força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir as etapas e o prazo do contrato, deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrência não comunicada nem aceitas pela Fiscalização, nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO** - É facultado ao **CONTRATANTE** suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** - A recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estipulado no Edital, bem como inexecução, total ou parcial do contrato, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 7.º da Lei Federal n.º 10.520/02, no artigo 589 do RGCAF e no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93. As penalidades serão:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da nota de empenho, do contrato, ou, se for o caso, do saldo não atendido, até o período máximo de 30 (trinta) dias úteis;



- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**Parágrafo Primeiro** - As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

**Parágrafo Segundo** - As multas deverão ser recolhidas junto à Tesouraria da **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá, também, conhecimento, na conformidade do artigo 595 do RGCAF.

**Parágrafo Terceiro** - Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, serão promovidas as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da autoridade **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** - O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a **CONTRATADA**.

**Parágrafo Quinto** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

**Parágrafo Sexto** - As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, conforme previsto no artigo 589 *caput* do RGCAF.

**Parágrafo Sétimo** - Nos casos em que o valor da multa venha ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.



- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**Parágrafo Primeiro** - As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

**Parágrafo Segundo** - As multas deverão ser recolhidas junto à Tesouraria da **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá, também, conhecimento, na conformidade do artigo 595 do RGCAF.

**Parágrafo Terceiro** - Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, serão promovidas as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da autoridade **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Quarto** - O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a **CONTRATADA**.

**Parágrafo Quinto** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

**Parágrafo Sexto** - As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, conforme previsto no artigo 589 *caput* do RGCAF.

**Parágrafo Sétimo** - Nos casos em que o valor da multa venha ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 11.53.04.122.0389.4169, Código de Despesa 3.3.90.37.09, tendo sido empenhada a importância de R\$ \_\_\_\_\_, através da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ASSINATURA DO CONTRATO** - A CONTRATADA fica obrigada a devolver as vias do contrato assinado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento, sob pena de sanções administrativas cabíveis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO** - A CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** - A CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** -

a) Nos termos da legislação vigente, desde que comprovada a vantajosidade, quando da prorrogação do prazo de vigência deste contrato, poderá ser aplicado o reajuste com base no IPCA-E acumulado do período, a contar da assinatura do contrato.

b) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação



econômico-financeira, regularidade trabalhista e regularidade fiscal exigidas no Edital, que instruiu esta Licitação, onde foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do contrato.

c) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos serviços objeto deste Contrato, correm à conta da **CONTRATADA**.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 09 de fevereiro de 2015.

*[assinatura]*  
**EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA S/A – IPLANRIO**

Vânia Pereira Pintos  
Diretora de Administração e Finanças

*[assinatura]*  
**AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME**  
Sérgio Luiz dos Santos Martins

Testemunhas:

*[assinatura]*  
*[assinatura]*